

Na avaliação do economista José Roberto Afonso, União deveria adotar as mesmas práticas dos entes federativos, que obedecem a LRF

O exemplo fiscal dos estados

» TAÍSA MEDEIROS

Criada com o intuito de manter a saúde das contas públicas nacionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi um marco para o país. A medida, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2000, determina formas de prevenção e correção de contextos que comprometam o equilíbrio financeiro da União, dos estados e dos municípios.

Apesar de a lei fornecer mecanismos suficientes de controle, por vezes não é aplicada em sua totalidade, e os desajustes das contas públicas ficam evidenciados. Esse ponto foi enfatizado no seminário Desafios 2023 — o Brasil que queremos.

Um dos pais da LRF, o economista José Roberto Afonso participou do painel que debateu formas de garantir a responsabilidade fiscal e social. Segundo o especialista, estados e municípios são chaves para o equilíbrio das finanças públicas.

“De um lado, metade da despesa primária realizada no Brasil, hoje, é feita por estados e municípios. E, se eu for olhar o gasto com investimentos, pessoal, consumo de bens e serviços, supera mais da metade. Chega a 3/4 de gastos realizados por estados e município”, frisou. “Não adianta controlar o gasto federal, isso não é medida que vai se resolver, pelo menos macroeconômica, se está preocupado com o resultado fiscal e com a demanda. Tem que ter uma visão mais abrangente e incluir estados e municípios.”

Afonso disse não haver como garantir a melhor execução da LRF no país, caso a União não se espelhe nas boas práticas

Reprodução/YouTube Correio Braziliense



seguidas pelos entes federativos. “Se a gente comparar os dados da série do Banco Central de dívida líquida, começou em 2001 e vem a 2022. A dívida dos estados caiu em 7,7% do PIB (Produto Interno Bruto). Caiu pela metade durante esse período. A dívida dos municípios caiu em 1,7% do PIB. Aliás, a dívida líquida hoje dos municípios é de 0,2% do PIB. Até o final da atual gestão, provavelmente os municípios terão mais dinheiro em caixa do que têm de dívida. Se eu considero estados e municípios, a dívida pública caiu na casa de 9,4% do PIB”, detalhou.

Ele lembrou que os resultados foram alcançados apesar das decisões dos últimos meses, que provocaram queda na arrecadação dos estados, como a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Por outro lado, ao analisar os dados referentes à dívida da União, se agravou em 18 pontos do PIB — um salto de 32% para 50%. “Quem se submete aos rigores da lei e de controle, em que pese toda a contabilidade criativa que a gente tem, apresenta resultados que, do ponto de vista fiscal, são fantásticos”,

ressaltou. “A Lei de Responsabilidade Fiscal é referência para outros lugares do mundo. Paradoxalmente, a gente não consegue fazer com que o governo federal siga a mesma tendência, as mesmas práticas bem-sucedidas de estados e municípios.”

Um dos motivos para o problema, segundo Afonso, é o fato de o governo federal não possuir limite de dívida determinado pelo Senado. “Quando faz sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não fixa meta de dívida, ao contrário de todos os estados. Aliás, a própria meta de resultado primário da União não quer

dizer grande coisa, porque a metodologia de resultado primário da União, exigida pelo Tesouro Nacional, não é seguida. Estados e municípios seguem, e a União não segue, embora ela exija dos outros”, criticou.

PEC da Transição

Em tramitação na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição abre divergências entre os especialistas em economia. Criado para viabilizar, especialmente, o pagamento do Bolsa Família, o texto amplia o teto de gastos em R\$ 168 bilhões.



A Lei de Responsabilidade Fiscal é referência para outros lugares do mundo. Paradoxalmente, a gente não consegue fazer com que o governo federal siga a mesma tendência, as mesmas práticas bem-sucedidas de estados e municípios”

José Roberto Afonso,
economista e um
dos pais da LRF

Entrave ao capital externo

» FRANCISCO ARTUR

O economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros, afirmou que a política fiscal do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve afastar os investimentos estrangeiros. Na avaliação dele, iniciativas que antagonizam a economia com políticas sociais sinalizam irresponsabilidade para o capital externo.

“O investidor estrangeiro está doido para entrar no Brasil porque, comparado a outros países emergentes, nós somos uma democracia e temos instituições minimamente sólidas, mas o que atrapalha a entrada desses investimentos é o aspecto fiscal”, afirmou, no seminário. “Então, temos a oportunidade de acertar nesse passo inicial e surfar na janela de oportunidades”, argumentou o especialista, citando a necessidade de o próximo

governo acertar na política fiscal.

Ele destacou que o Brasil iniciou sua estabilização macroeconômica no Plano Real. Na parte fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) conquistou importantes avanços. “Mas, depois, os governos aprenderam a burlar, digamos assim, a LRF. A gente perdeu *enforcement* na LRF, ela deixou de ser restritiva, e o debate fiscal foi se perdendo”, analisou.

A questão fiscal brasileira sempre ficou pendente de uma solução estrutural, conforme avaliou Leal de Barros. “O debate volta agora por conta dessa perda de tecnologia, como eu chamo, do teto de gastos, que foi uma inovação que fizemos em 2016 para tentar resolver o problema da restrição orçamentária do Brasil”, observou, referindo-se às emendas constitucionais chamadas de fura-teto, que foram aprovadas. É o caso, ainda, do debate

a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que amplia o teto de gastos.

Leal de Barros afirmou que as deficiências da área fiscal no Brasil se dão por conta de conflitos distributivos, cuja resolução precisaria ser desenrolada via diálogo com ajuda do Congresso. Porém, segundo ele, falta “maturidade” ao país para que essa conversa ocorra. “A gente não tem mais a garantia, a credibilidade de que uma regra escrita na Constituição vai ser cumprida e vai ser suficiente para ancorar o mercado sob a trajetória fiscal do governo”, criticou.

Por conta disso, o economista enfatizou a necessidade de ser avaliada uma nova regra fiscal. “Esse debate envolve saber o que a gente faz com a recomposição do Orçamento para o ano que vem, que a gente sabe que está subestimado”, afirmou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O investidor estrangeiro está doido para entrar no Brasil porque, comparado a outros países emergentes, nós somos uma democracia e temos instituições minimamente sólidas, mas o que atrapalha a entrada desses investimentos é o aspecto fiscal”

Gabriel Leal de Barros, economista

É tempo de paz

Mais saúde, felicidade e paz para todos. O melhor está por vir. Boas festas!



GDF